

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 3.ª SECÇÃO

SOMAGUE — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção). Matrícula n.º 21 965/520325; identificação de pessoa colectiva n.º 500257752; inscrição n.º 28; número e data da apresentação: 17/5 de Julho de 1996.

Carlos Alberto de Almeida Homem, segundo-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção):

Certifica que, em 15 de Abril de 1996, reuniu a assembleia geral da sociedade com a firma em epígrafe, tendo sido discutidos e aprovados por unanimidade os documentos relativos à prestação de contas consolidadas do exercício de 1995.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção), 6 de Agosto de 1996. — O Segundo-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*.

Relatório e contas de 1995

Relatório consolidado de gestão

O ano de 1995 foi marcante para a vossa empresa com o culminar da reestruturação iniciada em 1993, pois foram concluídos os projectos de reengenharia de processos, de reorganização de estruturas, de redefinição dos quadros funcionais das empresas e sua interligação à SGPS e do processo de capitalização do Grupo, bem como com a conclusão da fusão Tecnasol/FGE e a estabilização da estrutura accionista da CESL.

Para além do início da aplicação dos novos instrumentos de gestão noutras empresas do Grupo, encetada ainda em 1995, considerámos também chegado o momento de proceder à uniformização da sua imagem, a nível interno e externo, pela criação de uma identidade comum a todas as empresas que o compõem, com diversificação de actividades mas espírito e estratégia comuns.

A definição clara de uma estratégia de Grupo, em sintonia com a nova estrutura organizativa, bem como a maior abertura e dinamismo imprimidos na penetração em mercados internacionais seleccionados — onde se prevê poderem obter-se vantagens comparativas — revela perspectivas de consolidação da actividade que, a prazo, se tornarão certamente muito atractivas.

Além disso, o interesse e capacidade das empresas do Grupo em intervir em concursos de concepção, construção e exploração, assumindo na íntegra as suas sinergias e adaptando-se à rápida evolução do nosso mercado, fazem-nos caminhar para uma situação de conforto e rápido desenvolvimento em áreas anteriormente de menor importância para o Grupo.

A Somague — SGPS inicia, pois, o ano de 1996 com redobrada esperança e optimismo no seu desenvolvimento, a que não é obviamente alheio o esforço empreendido nos últimos anos na reorganização, reestruturação, capitalização e reforço da qualidade dos recursos humanos, que se tornou indispensável à obtenção de uma capacidade competitiva elevada e a uma credibilização do seu envolvimento em novas actividades.

Estamos assim a prosseguir os objectivos a que nos propusemos quando iniciámos a nossa acção e consideramos existirem agora as condições para que o Grupo possa encarar o futuro com reforçada confiança, fundada nos alicerces que acabam de ser criados, como o demonstra a viragem verificada nos resultados alcançados.

Breve descrição sectorial

Construção e obras públicas

Segundo os valores indicados pela ANEOP — Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas, o crescimento do sector ter-se-á

situado entre os 6 e os 7%, revelando-se assim uma das componentes mais positivas do crescimento económico do nosso País que se terá quedado pelos 2,5% durante o ano de 1995. Aquele valor não terá sido ainda mais alto em virtude de condições climáticas particularmente adversas ocorridas nos últimos meses do ano, e que se traduziram numa redução da actividade, só em Dezembro, da ordem dos 15%. As estimativas da ANEOP estão, ainda assim, claramente abaixo das previsões da CE que admitem para Portugal um crescimento de 9,2% na construção, um valor claramente acima da média comunitária do sector, que não deverá ultrapassar os 2%.

Produção

O investimento público, associado aos fundos comunitários e estimulado pelos calendários eleitorais, fizeram com que o desenvolvimento da actividade produtiva no mercado de obras públicas tenha sido claramente favorável, com todos os indicadores utilizados pela ANEOP para avaliar o crescimento deste segmento de mercado a apresentarem taxas elevadas. Com efeito, a produção registou um crescimento real de 30,5% e o volume de obras adjudicadas terá correspondido a 419 milhões de contos, mais 16,4%, em termos reais, do que em 1994.

Características do mercado

O facto de cerca de dois terços do volume de obras adjudicadas ser da responsabilidade da administração central, conjugado com a circunstância de cerca de 50% do valor total das obras adjudicadas corresponderem apenas a 29 obras de valor superior a 1,8 milhões de contos, permite afirmar que o mercado de obras públicas cresceu quase exclusivamente com base no investimento do Estado.

Concorrência

O mercado de construção e obras públicas mantém como característica estrutural a prática de preços aviltados, com os valores de adjudicação a situarem-se 1,2% abaixo das respectivas bases de licitação, embora este valor atinja níveis ainda mais baixos no segmento das obras públicas, fruto dos preços praticados, especialmente pelas empresas estrangeiras.

Não obstante isso, os valores de adjudicação foram cerca de 8,3% superiores aos valores mínimos das propostas, o que permite concluir que nem sempre se estão a verificar adjudicações às propostas mais baixas, o que constitui uma acção muito positiva para contrariar o *dumping* no mercado, e que deve continuar a merecer uma atenção muito especial por parte dos nossos clientes.

Ambiente

A instabilidade prévia à realização das eleições legislativas de Outubro, o arranque efectivo do 2.º Quadro Comunitário de Apoio, traduzido no lançamento de um conjunto de projectos de indiscutível importância para o sector, e o panorama de grandes restrições e dificuldades financeiras, com reflexo directo nas empresas industriais e autarquias, constituíram as grandes condicionantes da conjuntura económica na área do ambiente em 1995.

Ainda como factores enquadrantes da actividade no sector, destacam-se o início dos grandes investimentos dos sistemas multimunicipais, financiados pelo Fundo de Coesão — nos quais a nossa participada CESL tem vindo a ter posição do maior relevo — e o lançamento de importantes concursos de concepção/construção, traduzindo finalmente a tão anunciada aceleração do investimento no sector.

No entanto, os mercados dos serviços de operação e manutenção e das concessões municipais mantiveram-se estagnados, confirmando que só iniciativas políticas dinamizadoras da privatização dos sistemas poderão alterar a situação.

Perspectiva-se assim, para 1996, um reforço claro das tendências positivas de evolução da conjuntura, nomeadamente em virtude do 2.º Quadro Comunitário de Apoio ter em 1996 e 1997 os seus anos de maior incidência do investimento no sector, da anunciada prioridade a conferir pelo Governo e pela União Europeia à protecção do ambiente, ao controlo dos resíduos sólidos, à gestão dos recursos hídricos e o desenvolvimento das infra-estruturas de águas e esgotos e, também, pela previsível criação de um clima propício à imple-

mentação e aceleração das políticas de investimento, decorrente da realização das eleições autárquicas em 1997.

Energia e transportes

O consumo *per capita* das diversas formas de energia tenderá em Portugal a aproximar-se do nível médio europeu, com crescimento próximo (superior) ao PIB, 2%/ano, como consequência da melhoria das condições de vida e aposta política no desenvolvimento.

Num país com escassos recursos energéticos, aquele crescimento terá que ser orientado por princípios como a racionalização da sua utilização, diversificação de fontes de abastecimento tradicionais (só cerca de 6% de energia primária é de origem nacional) e ainda pelo reconhecimento dos elevados impactos ambientais negativos que uma utilização não conduzida pode gerar.

Como exemplo, cita-se o facto de que no sul da Europa, pelo menos 30% do tráfego rodoviário privado pendular urbano-suburbano deverá ser substituído por um eficaz transporte colectivo, com garantia de bom serviço e minimizando impactos ambientais.

Reconhecendo-se que o Estado tem procurado analisar e caracterizar a situação no sector energético, bem assim como no sector dos transportes, reconhece-se também a sua parcial incapacidade em dar efectiva resposta atempada a todas as solicitações, particularmente em momentos em que as preocupações de índole social são determinantes na condução dos orçamentos.

Restará à iniciativa privada dinamizar, por si ou em estreita colaboração com o próprio Estado, projectos na área da energia e transportes que possam ter garantias mínimas de sucesso, conhecidos os elevados montantes de investimento normalmente associados a estes empreendimentos.

O Grupo Somague estará, em consequência, atento a oportunidades nestas áreas — sublinha-se o exemplo recente de aquisição de uma participação importante no capital de uma sociedade exploradora de minihídricas — não deixando de estudar projectos que possam assimilar desde já as suas competências ou garantir a geração de *cash-flows* no médio-longo prazo.

Actividade desenvolvida

Conforme já acima explicitado, o ano de 1995 culminou o processo de reestruturação do Grupo que, à luz das orientações definidas e expressas em anteriores relatórios, foi aplicado, na sua fase inicial, na Somague — Sociedade de Construções, tendo sido extendido, no decorrer deste exercício, a outras empresas do Grupo.

Reengenharia dos processos/sistemas de informação

De acordo com a estratégia de desenvolvimento definida em finais de 1993, no exercício de 1994 foi implementada na SSC uma nova estrutura organizativa, que permitiu reforçar a competência nos aspectos ligados à gestão do parque de equipamentos, estrutura logística de apoio à produção e gestão da produção, efectuada uma análise completa aos processos existentes, definindo-se novos processos e dando-se prioridade à sua implementação nas áreas da produção e gestão de equipamentos, e procedeu-se a uma reformulação completa

das tecnologias de informação, nomeadamente através da introdução de novos sistemas de informação e gestão.

No ano de 1995 foram consolidados os processos desenvolvidos no ano anterior e, simultaneamente, concluídos os processos de controlo financeiro e de gestão, elaboração de propostas a clientes e de satisfação de necessidades de materiais e serviços, ficando apenas por implementar o processo de gestão de recursos humanos, que irá ser concluído naquela participada no 1.º semestre de 1996, fechando o processo global de reengenharia.

Em 1996 prosseguirá a implementação dos referidos processos noutras empresas do Grupo, já iniciada na Termague e na Tecnasol/FGE.

Como consequência da implementação destes processos, as empresas encontrar-se-ão dotadas dos meios mais modernos para a gestão da sua actividade e em condições de atingir os elevados padrões de rentabilidade, visto que:

É possível uma visão mais selectiva do mercado, escolhendo-se criteriosamente os clientes, os parceiros, os subempreiteiros e os segmentos de mercado, numa perspectiva de redução de riscos e de maximização do sucesso comercial;

Os diversos serviços passam a estar dotados de um sistema de informação perfeitamente integrado, permitindo um controlo rigoroso de todas as actividades, especialmente as das obras, num ambiente de comunicação expedita e eficaz; o sistema é capaz, não apenas de processar a informação de controlo, mas sobretudo de manter informação de gestão e de suportar actividades de planeamento (a todos os níveis) e simulações;

Os recursos humanos estão aptos a utilizar o sistema, de forma a explorar todas as suas potencialidades, ajudados por uma interface gráfica amigável e pelas acções de formação adequadas;

As obras ficam dotadas de um sistema de informação poderoso, mas de utilização simples, o que reduz o esforço de formação; este sistema é muito flexível, o que permite que as obras trabalhem independentes das linhas de comunicação, conseguindo simultaneamente uma integração perfeita com os serviços centrais.

No sentido de permitir a recuperação de parte do investimento efectuado nestes importantes instrumentos de gestão, está prevista em breve a celebração de um contrato com a Andersen Consulting pelo qual se estabelece que esta última irá comercializar as soluções SLIGO (Sistema Local de Informações e Gestão de Obra) no mercado nacional e internacional, usufruindo a Somague dos *royalties* inerentes às vendas.

Tal facto merece-nos um relevo muito especial dado que é prova inequívoca da qualidade do trabalho realizado nesta matéria.

Recursos humanos

Na continuação da política do reforço da qualidade dos recursos humanos, em 1995 actuou-se fundamentalmente na continuidade da reestruturação, bem como no estabelecimento das bases necessárias para um melhor desenvolvimento da organização.

Os elementos relativos ao quadro de colaboradores de cada uma das empresas do Grupo vêm referidos nos capítulos correspondentes a cada uma delas.

O quadro seguinte evidencia a evolução no Grupo durante 1995.

	31 de Dezembro de 1994			31 de Dezembro de 1995		
	Efectivos	Tempor.	Total	Efectivos	Tempor.	Total
Engenheiros	68	33	101	69	80	149
P. produção	340	609	949	332	666	998
P. manutenção	40	68	108	33	63	96
Estrutura:						
Administrativa	126	41	167	117	61	178
Técnico-comercial	9	5	14	9	5	14
Outros	8	38	46	5	18	23
<i>Total</i>	591	794	1 385	565	893	1 458

Estratégia de desenvolvimento do Grupo e actividade comercial

À reestruturação do Grupo encetada em 1993 com a criação da Somague — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., presidiu não só o princípio de eficácia de gestão em unidades do mesmo

ramo ou com actividades complementares, como também o início de uma estratégia de diversificação para áreas de negócios menos tradicionais, representada inicialmente na aquisição e posterior consolidação de participações na área ambiental.

Reconhecendo-se a dificuldade que as estruturas monolíticas têm em gerir simultaneamente objectivos de estrita especialização técnica

com a abrangência e diversidade hoje requerida pelo mercado, o desenvolvimento do Grupo Somague passa pelo princípio de centralizada e realização autonomizada em unidades de negócio auto-suficientes.

Partimos do pressuposto de que não se deve contar, de forma sistémica, com a aplicação de soluções standartizadas para resolver velhas ou novas questões, havendo que reinventar ou usar a criatividade como resposta ao mercado de amanhã.

Às participações na área ambiental (engenharia, operação ou delegação de serviço), sucederão participações em outras áreas de serviço público ou privado onde sejam aplicados os princípios de engenharia — em termo lato — que conhecemos faz agora 50 anos. Para o efeito, contaremos com parceiros que tenham o nosso entendimento ético e estratégico do negócio e que o possam potenciar numa perspectiva de médio e longo prazos.

Entretanto, consolidámos a nossa posição no tradicional mercado dos grandes projectos de obras públicas, onde tecnologia e capacidade de organização são factores chave para o sucesso. A nossa participação em todos os projectos significativos do País são disso um bom retrato (Lusoponte, Gestiponte, Novaponte, Foz Coa, Alqueva, Odeleite, Linha do Norte, Metropolitano, Metro do Porto, Expo, MARL).

Continuámos uma política de associações pontuais com reputadas empresas, no intuito de juntar sinergias que permitam fazer face a uma concorrência crescente, quer nacional quer sobretudo estrangeira, através de complementaridades que aumentem a competitividade e minimizem os investimentos sempre necessários para a execução dos grandes projectos em que a empresa está envolvida.

Reinventaremos hoje, e para os próximos 50 anos, o que o núcleo inicial da Somague fez há meio século atrás.

Mercado internacional

Desenvolvemos a nossa presença no mercado internacional. Em Cabo Verde, através da Somague — Sociedade de Construções, S. A., ou da participada CVC, a nossa actividade foi acrescida com novos projectos cuja execução decorre satisfatoriamente. No mercado angolano encontram-se em fase de conclusão negociações que poderão assegurar uma actividade significativa naquele País e contamos desenvolver em 1996 a nossa presença no mercado moçambicano. Prosseguimos a actividade do agrupamento que integramos para o mercado do Médio Oriente. Em Marrocos, a Somague — Sociedade de Construções, S. A., pré-qualificou-se em consórcio para a execução de vários troços de auto-estradas e constituímos um consórcio com reputadas empresas portuguesas para a execução de grandes projectos «chave na mão» neste País.

Evolução económico-financeira

Conforme referido neste relatório, durante o exercício de 1995 verificou-se uma melhoria acentuada das condições operativas das empresas participadas, com um reflexo positivo nos resultados alcançados. As razões determinantes para esta mudança foram fundamentalmente a operação de aumento de capital, o fim de um ciclo de

obras adjudicadas em condições desfavoráveis, anteriormente a 1994, a qualidade da carteira comercial e a racionalização decorrente da adopção de novos processos e sistemas em duas das empresas do Grupo, que na prática se traduziram num funcionamento mais eficiente e consequentemente com melhores resultados.

No plano económico, o Grupo encerrou o exercício com um resultado positivo de 331 100 699\$90 em termos consolidados, cumprindo assim as expectativas criadas aquando do aumento de capital. Deve salientar-se que este resultado decorre de uma contribuição positiva de todas as empresas do Grupo, com saliência para a recuperação da Somague — Sociedade de Construções, onde os efeitos da racionalização e mudança dos processos e sistemas são mais sensíveis uma vez que o processo se encontra praticamente concluído e nalguns casos já estabilizado. Cabe igualmente salientar que, apesar das perturbações trazidas pelo processo de fusão, que demorou mais do que o previsto, a Tecnasol/FGE funcionou em condições satisfatórias, e sem ter tido uma contribuição significativa para os resultados deu indicações promissoras de poder vir a afirmar-se como uma empresa rentável e capaz de assumir a liderança no mercado onde actua. A carteira de encomendas, que em 31 de Dezembro de 1995 atingia um valor consolidado (para o sector de obras públicas) de cerca de 40 milhões de contos, o desenvolvimento das acções comerciais do início do ano de 1996 e a extensão do processo de racionalização às restantes empresas do Grupo, são os factores mais importantes para podermos transmitir aos accionistas a nossa convicção de que neste exercício a Somague — SGPS voltará a atingir resultados económicos compatíveis com as expectativas criadas.

No aspecto financeiro deve salientar-se que durante o exercício de 1995 o Grupo apresenta em termos consolidados uma situação de endividamento da ordem dos 10 milhões de contos, o que representa uma melhoria significativa em relação ao exercício anterior. Tal ficou a dever-se fundamentalmente ao aumento de capital efectuado durante o exercício, à melhoria dos resultados operacionais e a uma redução significativa dos créditos sobre os Governos Regionais da Madeira e dos Açores. Ao nível do fundo de maneo as melhorias não foram tão significativas devido a que alguns organismos públicos atingiram o final de 1995 sem cobertura orçamental para um grande volume de obras, verificando-se uma vez mais a situação de o Estado continuar a recorrer às empresas para o seu financiamento sem contrapartidas justas para os custos financeiros envolvidos. Para as dificuldades que continuam a verificar-se nesta área é de salientar igualmente o apoio que continua a ser facultado pelo Estado e pelo sistema bancário a empresas sem condições adequadas de funcionamento, criando situações de concorrência desleal e de desorganização do mercado, com reflexos negativos nas condições operativas e financeiras do tecido empresarial. Trata-se, sem dúvida, de um dos aspectos que afecta mais negativamente o nosso sector de actividade e para o qual se torna necessário a tomada de medidas urgentes.

Apesar dos problemas descritos acima, a situação financeira da empresa tenderá a melhorar em 1996, devido às mudanças introduzidas no seu funcionamento, ao crescimento dos resultados operacionais e à concretização de diversas situações que permitem concluir pela existência de sólidos fundamentos contratuais e legais para a recuperação de custos expressivos já incorridos em resultado de condições anómalas e ou adversas verificadas na execução de diversos contratos.

Indicadores económico-financeiros (contas consolidadas)

(Em milhares de contos)

Indicadores	1995	1994	Variação (percentagem)
1 — Actividade:			
Volume de negócios (proveitos operacionais)	36 279	21 121	+ 72
2 — Rentabilidade:			
Resultados líquidos	331	52	+ 537
Resultados operacionais	1 656	1 333	+ 24
Pesos dos resultados financeiros no volume de negócios	4,8	7,6	—
Meios libertos totais	2 039	1 494	+ 36
3 — Estrutura financeira:			
Capitais próprios	8 356	3 253	+ 156
Autonomia financeira (capital próprio/passivo a médio e a longo prazos)	4,78	2,28	—
Solvabilidade (capital próprio/passivo total)	0,26	0,13	—
Liquidez geral (capital circulante/exigível a curto prazo)	1,17	0,97	—
Endividamento (capitais alheios/activo total)	0,27	0,32	—

Participadas**Somague — Sociedade de Construções, S. A.**

Capital próprio	6 124 648
Activo líquido	31 739 751
Volume de negócios	28 542 463
Resultado líquido	146 217
Participação (percentagem)	100

Na Somague — Sociedade de Construções, S. A., o ano de 1995 ficou essencialmente marcado pela importante viragem verificada nos resultados da empresa, bem como pelo aumento de capital realizado em Julho que permitiu repor a estrutura financeira a níveis novamente razoáveis e compatíveis com o respectivo plano de desenvolvimento futuro, e cujo sucesso está assegurado pela utilização de instrumentos de gestão adequados, e sobretudo por dispor de recursos humanos cuja valorização e racionalização têm sido factores de relevância.

Nesta área, e nesta participada, os efeitos da reestruturação são já bem visíveis, tendo decorrido os seguintes programas de acção:

Recrutamento de engenheiros estagiários por forma a adaptar a pirâmide de idades dos quadros da empresa aos objectivos definidos;

Implementação de programas de formação dotando os quadros da empresa dos conhecimentos necessários à utilização dos novos meios de controlo de gestão em vigor;

Rigorous acompanhamento da implementação das normas de segurança decorrentes das directivas comunitárias;

Reformulação da actividade do gabinete próprio de medicina e higiene do trabalho.

O quadro seguinte reflecte a evolução do pessoal, com relevo para a redução verificada nos efectivos totais, mas com significativo aumento do número de quadros técnicos:

	31 de Dezembro de 1994			31 de Dezembro de 1995		
	Efectivos	Tempor.	Total	Efectivos	Tempor.	Total
Engenheiros	26	21	47	29	24	53
P. produção	201	261	462	168	236	404
P. manutenção	13	36	49	7	26	33
Estrutura:						
Administrativa	63	20	83	55	16	71
Técnico-comercial	7	5	12	7	5	12
Outros	7	38	45	5	18	23
<i>Total</i>	317	381	698	271	325	596

A definição clara da estratégia da empresa em sintonia com a nova estrutura organizativa, bem como a maior abertura e dinamismo imprimidos na penetração em mercados internacionais seleccionados onde se prevê poderem obter-se vantagens comparativas, revela perspectivas muito interessantes de consolidação da sua actividade.

A par disto, o interesse e capacidade da Somague em intervir em concursos de concepção, construção e exploração, assumindo na íntegra as suas sinergias com as restantes empresas do Grupo e adaptando-se à veloz evolução do mercado, fazem-nos caminhar para uma situação de conforto e rápido desenvolvimento em áreas anteriormente de menor importância para a empresa.

Termague — Sociedade de Construções e Empreendimentos da Madeira, S. A.

Capital próprio	1 061 133
Activo líquido	5 420 724
Volume de negócios	4 573 381
Resultado líquido	2 169
Participação (percentagem)	100

A Termague mantém-se como a maior empresa regional de construção civil e obras públicas e uma das maiores da Região Autónoma da Madeira.

A grande dependência do principal cliente (Governo Regional da Madeira) e as conhecidas dificuldades financeiras com que este se tem debatido ao longo dos últimos anos, ainda não permitiu um saneamento completo na Termague. Mau grado as condicionantes verificadas, reduziram-se substancialmente os prazos médios de cobrança bem como o endividamento total daquele cliente, tendo também sido possível regularizar muitas das situações que se encontravam pendentes desde 1991 e 1992.

Por outro lado, na linha da política do Grupo, tem vindo a manter uma pressão constante ao nível dos custos, nomeadamente, através da racionalização de efectivos, tentando harmonizar a estrutura de quadros da empresa à evolução do mercado na região. Apesar do esforço realizado na redução de custos fixos foi possível aumentar ligeiramente a produção da Termague, tendo cumprido o previsto em termos de arranque e produção das obras em carteira.

Pode ver-se no quadro seguinte a situação relativa ao pessoal:

	31 de Dezembro de 1994			31 de Dezembro de 1995		
	Efectivos	Tempor.	Total	Efectivos	Tempor.	Total
Engenheiros	8	—	8	7	2	9
P. produção	14	71	85	14	67	81
P. manutenção	7	22	29	7	26	33
Estrutura:						
Administrativa	14	8	22	13	8	21
Técnico-comercial	1	—	1	1	—	1
Outros	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	44	101	145	42	103	145

Tecnasol/FGE

Capital próprio	660 994
Activo líquido	2 803 524
Volume de negócios	2 786 028
Resultado líquido	51 358
Participação (percentagem)	50

O exercício de 1995 foi marcado pelo complexo processo jurídico-administrativo desenvolvido ao longo de todo o ano, o qual culminou em 4 de Dezembro com a concretização da fusão das empresas Tecnasol e FGE, dando origem à Tecnasol/FGE.

Este processo tinha, desde a sua origem, como principal objectivo a conjugação de sinergias capazes de assegurar no médio prazo o aumento das quotas de mercado de forma a atingir uma dimensão

comercial, técnica e financeira que assegurasse à empresa a conquista de uma posição de liderança do mercado de fundações e geotecnia.

Conforme se refere no relatório de gestão desta participada, da análise efectuada imediatamente após a decisão de fundir as duas empresas, resultou claro que os seus métodos de trabalho e cultura continham diferenças que justificavam, só por si, alterações que para além de introduzirem melhorias na gestão da nova empresa pudessem potenciar as vantagens e minimizar os riscos de insucesso, normalmente decorrentes da integração de grupos profissionais diferenciados. Considerou-se, portanto, indispensável proceder a uma modificação da organização, dos processos e dos sistemas de informação, mediante a implementação de um projecto integrado de reengenharia,

tendo em vista a melhoria da qualidade da gestão e a eficácia a todos os níveis. Este processo, que se encontrava na sua fase final de implementação em Dezembro de 1995, permitiu já alterações significativas na qualidade de informação e nas formas de abordagem à gestão de projectos, bem como avanços significativos na racionalização de recursos técnicos e humanos. Os seus efeitos nos resultados são já notórios e serão sem dúvida mais visíveis após o período de assimilação e estabilização dos processos e sistemas que deverá ocorrer no 1.º semestre de 1996. No exercício em análise, procedeu-se à elaboração do diagnóstico das necessidades futuras de recursos humanos bem como à racionalização dos existentes, podendo ver-se a evolução verificada no quadro seguinte:

	31 de Dezembro de 1994			31 de Dezembro de 1995		
	Efectivos	Tempor.	Total	Efectivos	Tempor.	Total
Engenheiros	23	5	28	18	9	27
P. produção	85	103	188	83	97	180
P. manutenção	20	10	30	19	11	30
Estrutura:						
Administrativa	17	3	20	12	13	25
Técnico-comercial	1	—	1	1	1	—
Outros	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	146	121	267	133	130	263

Ediçor — Edificadora Açoreana, S. A.

Capital próprio	832 110
Activo líquido	2 068 355
Volume de negócios	3 157 007
Resultado líquido	89 628
Participação (percentagem)	50

Esta nossa participada, detida em partes iguais pelos Grupos Somague e Gestifer, está particularmente vocacionada para a construção civil, exercendo a sua actividade na Região Autónoma dos Açores onde ocupa uma posição privilegiada nos sectores público e privado.

Possui uma sólida situação patrimonial, enriquecida recentemente com a construção de uma nova sede dimensionada de forma a instalar todos os seus serviços.

Com o pagamento em 1995 por parte do Governo Regional dos Açores de juros de mora referentes a atrasos nos pagamentos de empreitadas em curso, o seu passivo bancário manteve-se a zero, aumentando consequentemente a sua competitividade no que se refere a concursos para adjudicação de obras.

Faça à redução de obras no sector da construção civil a Ediçor tem vindo com sucesso a aumentar gradualmente a sua intervenção no sector das obras públicas por forma a manter os níveis de facturação e resultados anteriormente atingidos.

A análise do quadro de pessoal da Ediçor reflecte estabilidade nas áreas de direcção e administrativa, adaptando o pessoal do aparelho produtivo ao crescimento do volume das obras em curso.

Nesta medida, e porque os índices de produtividade se mantêm acima da média considerada, em 1995 não houve necessidade de alterar a estrutura.

	31 de Dezembro de 1994			31 de Dezembro de 1995		
	Efectivos	Tempor.	Total	Efectivos	Tempor.	Total
Engenheiros	6	—	6	6	1	7
P. produção	38	171	209	38	221	259
P. manutenção	—	—	—	—	—	—
Estrutura:						
Administrativa	14	4	18	14	4	18
Técnico-comercial	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	58	175	233	58	226	284

CESL — Engenharia e Desenvolvimento, S. A.

Capital próprio	406 709
Activo líquido	1 421 111
Volume de negócios	1 879 554
Resultado líquido	32 308
Participação (percentagem)	77,8

O ano de 1995 foi marcado pela alteração da estrutura accionista da sociedade ocorrida no início do 2.º semestre que culminou com a tomada de uma posição de controlo pela Somague — SGPS na CESL, com a consequente recomposição dos órgãos sociais.

Procurou-se reavaliar ao longo deste exercício o enquadramento estratégico das diversas empresas participadas pela CESL e simultaneamente proceder a uma redefinição do papel da CESL no desenvolvimento do grupo de empresas que lhe são associadas.

Nesta perspectiva, foi decidida a saída da CESL de actividades marginais não directamente relacionadas com a sua actividade princi-

pal ou de sociedades que não tenham atingido a dimensão ou rentabilidade desejáveis, promovendo-se a cessação da actividade da Ceserviços e da Ambigal e a alienação da posição detida na H. B. I. Portugal, S. A.

Promoveu-se a aquisição pela CESL de uma posição de controlo na CESL — Ásia, S. A., de forma a concentrar nesta empresa o núcleo das actividades do Grupo no Oriente e reforçou-se a situação financeira das empresas participadas operacionais, com um aumento de capital na CESL — Ásia de 0,9 para 12 milhões de patacas, e com suprimentos à AGS, no valor de 94 milhares de contos, para financiamento integral do seu plano de actividades para 1996, no qual se identifica esta sociedade como o veículo do grupo para o mercado das concessões municipais.

De facto, só em 1996 haverá condições para, sem restrições, avançar-se para um novo posicionamento, designadamente no mercado das concessões municipais em virtude de ter terminado em 31 de Dezembro de 1995 o acordo existente com o Grupo Générale des Eaux/OTV e no âmbito do qual, e por violação do mesmo, a CESL moveu um processo arbitral junto da Câmara de Comércio Interna-

cional, em Bruxelas, processo esse cuja resolução deverá ocorrer ao longo do exercício de 1996.

De igual modo procedeu-se ao reforço da situação financeira da CESL pela realização de um aumento de capital de 400 para 450 milhares de contos, integralmente subscrito pela Somague e decidiu-se a concentração da actividade da CESL no controlo do desempenho das empresas participadas e na definição da estratégia de desenvolvimento, tendo sido definida e iniciada a implementação de uma reorganização que passa por uma redução significativa da estrutura operacional desta empresa, processo que deverá ficar concluído durante o 1.º semestre de 1996.

Em relação à primeira actividade referida, a CESL terá na sua estrutura própria a capacidade de tratamento de informação recolhida junto das empresas do grupo, tendo em vista o controlo das respectivas actividades.

No que concerne à definição e implementação da estratégia de desenvolvimento, irá imprimir crescimento acelerado ao sector de

consultadoria do grupo através da penetração em novos segmentos, o que poderá incluir aquisições de empresas operacionais já a actuar no mercado português, garantir a presença de forma estruturada no mercado das concessões municipais e desenvolver a penetração em mercados externos, designadamente no Oriente, Angola e Moçambique.

Por forma a garantir o adequado financiamento da expansão das actividades, será equacionada ao longo de 1996 a oportunidade de realização de um aumento de capital, tendo em conta igualmente um eventual alargamento da base accionista a outras entidades com interesse estratégico neste sector.

Este ano, por efeito da consolidação das empresas operacionais do Grupo CESL, o quadro de pessoal reflecte uma grande disparidade quando comparado com 1994, mas bem demonstrativa da elevada especialização necessária à actividade onde está inserida e a proporção relativa de quadros superiores (30%) no total de pessoal em 31 de Dezembro de 1995.

	31 de Dezembro de 1994			31 de Dezembro de 1995		
	Efectivos	Tempor.	Total	Efectivos	Tempor.	Total
Engenheiros	1	—	1	5	38	43
P. produção	—	—	—	26	40	66
P. manutenção	—	—	—	—	—	—
Estrutura:						
Administrativa	10	4	14	17	18	35
Técnico-comercial	—	—	—	—	—	—
Outros	1	—	1	—	—	—
<i>Total</i>	12	4	16	48	96	144

Perspectivas

As orientações estratégicas definidas sobretudo no que concerne à diversificação dos sectores de actividade e à terciarização do Grupo, permitiram que nos antecipássemos às nuvens de alguma incerteza que recentemente se acumularam por invocados constrangimentos de ordem política e orçamental sobre o mercado de construção e obras públicas.

Sendo certo que a carteira de obras das participadas que actuam predominante ou exclusivamente nessa área permitem encarar com suficiente conforto o futuro próximo, especialmente o ano de 1996, continuaremos a conferir especial relevo às acções tendentes à consolidação da nossa presença no ambiente, que consideramos uma área de inevitável desenvolvimento e potencialidade, não obstante as hesitações políticas e as fortes ameaças de concorrência de grandes grupos internacionais.

Por outro lado, também daremos especial atenção aos sectores de transportes e energia, em que são de igual modo previsíveis evoluções significativas, com crescimento da intervenção da iniciativa privada.

Se consideramos os efeitos, já assinalados, da conclusão do processo de Somague — Sociedade de Construções, S. A., e os que decerto

virão a revelar-se no seguimento da implementação dos novos processos noutras empresas do grupo, aliados ao saneamento e reforço da estrutura financeira que pensamos aprofundar em 1996, estamos certos de poder ver definitivamente confirmadas as nossas expectativas, com um ano — o de 1996 — que consagrará a estabilização da tendência de crescimento significativo do resultado da nossa actividade, que admitimos virem a situar-se perto do milhão de contos, para um volume de negócios consolidado da ordem dos 36 milhões de contos.

Para isso contamos com a manutenção da indispensável confiança dos nossos banqueiros, associados e fornecedores, bem como com o empenho, dedicação e eficiência dos quadros e de todos os trabalhadores e colaboradores do Grupo, os quais muito têm contribuído para demonstrar que o nosso projecto é vencedor.

Diremos aos accionistas e investidores, ao longo de 1996, e formal e institucionalmente daqui a um ano, que todos tínhamos razão na aposta.

Lisboa, 15 de Março de 1996. — O Conselho de Administração:
(Assinaturas ilegíveis.)

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 1995 e 1994

ACTIVO					(Em milhares de escudos)
	Notas	1995			1994
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	27	430 581	(141 781)	288 800	56 665
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	60 068	(9 931)	50 137	5 130
Propriedade industrial e outros direitos	27	29 873	(24 393)	5 480	8 618
		<u>520 522</u>	<u>(176 105)</u>	<u>344 417</u>	<u>70 413</u>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27	1 053 098	—	1 053 098	1 045 063
Edifícios e outras construções	27	1 728 164	(752 915)	975 249	891 455
Equipamento básico	27	11 367 229	(8 067 382)	3 299 847	2 248 163

(Em milhares de escudos)

	Notas	1995		1994	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Equipamento de transporte	27	3 756 473	(2 580 620)	1 175 853	914 583
Ferramentas e utensílios	27	375 160	(300 367)	74 793	48 260
Equipamento administrativo	27	846 895	(541 154)	305 741	163 803
Outras imobilizações corpóreas	27	9 839	(2 382)	7 457	2 018
Imobilizações em curso	27	476 606	—	476 606	336 553
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas ...	27	206 297	—	206 297	—
		<u>19 819 761</u>	<u>(12 244 820)</u>	<u>7 574 941</u>	<u>5 649 898</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas associadas	27 e 48	548 131	(18 121)	530 010	752 605
Investimentos em imóveis	27 e 48	338 458	(47 101)	291 357	—
Partes de capital em empresas participadas	27 e 48	1 365 924	—	1 365 924	—
Títulos e outras aplicações financeiras	27 e 48	31 838	(281)	31 557	62 993
Empréstimos a empresas associadas	27 e 48	43 080	—	43 080	26 200
Empréstimos a outras empresas	27 e 48	820 213	—	820 213	—
		<u>3 147 644</u>	<u>(65 503)</u>	<u>3 082 141</u>	<u>841 798</u>
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:					
Clientes, c/c		<u>635 787</u>	<u>—</u>	<u>635 787</u>	<u>69 624</u>
Circulante:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49	1 462 994	—	1 462 994	1 162 120
Produtos e trabalhos em curso	50	4 491 569	(26 439)	4 465 130	3 978 291
Mercadorias		29 805	—	29 805	26 800
		<u>5 984 368</u>	<u>(26 439)</u>	<u>5 957 929</u>	<u>5 167 211</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
Clientes, c/c		10 988 711	(583 429)	10 405 282	11 321 733
Clientes de cobrança duvidosa		74 549	(74 549)	—	—
Adiantamentos a fornecedores		409 265	—	409 265	302 738
Estado e outros entes públicos	56	238 496	—	238 496	92 912
Accionistas		43 387	—	43 387	45 895
Outros devedores	51	7 028 880	—	7 028 880	3 263 805
		<u>18 783 288</u>	<u>(657 978)</u>	<u>18 125 310</u>	<u>15 027 083</u>
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis		183 000	—	183 000	—
Outras aplicações de tesouraria		1 583 208	—	1 583 208	—
		<u>1 766 208</u>	<u>—</u>	<u>1 766 208</u>	<u>—</u>
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		1 588 741		1 588 741	293 958
Caixa		63 894		63 894	53 319
		<u>1 652 635</u>		<u>1 652 635</u>	<u>347 277</u>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	52	849 717		849 717	229 291
Custos diferidos	53	529 526		529 526	331 865
		<u>1 379 243</u>		<u>1 379 243</u>	<u>561 156</u>
Total de amortizações			<u>(12 420 925)</u>		
Total de provisões			<u>(749 920)</u>		
Total do activo		53 689 456	(13 170 845)	40 518 611	27 734 460

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO

(Em milhares de escudos)

	Notas	1995	1994
Capital próprio:			
Capital	59 e 61	11 000 000	6 000 000
Prémio de emissão	61	660 000	660 000
Diferenças de consolidação	10 e 61	(1 478 541)	(1 250 641)
Reserva de reavaliação	61	509 488	509 488
Reserva legal	61	130 713	128 115
Reservas livres	61	144 135	94 780
Resultados transitados	61	(2 940 116)	(2 940 116)
Resultado consolidado líquido do exercício	61	331 100	51 953
<i>Total do capital próprio</i>		<u>8 356 779</u>	<u>3 253 579</u>
Interesses minoritários	62	<u>553 823</u>	<u>—</u>
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos:			
Outras provisões para riscos e encargos	46	<u>181 061</u>	<u>317 036</u>
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
Dívidas a instituições de crédito	34	479 793	11 742
Fornecedores de imobilizado, c/c	47	425 030	432 535
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar		—	43 657
Adiantamentos de clientes		—	181 726
Outros credores	55	<u>841 537</u>	<u>757 503</u>
		<u>1 746 360</u>	<u>1 427 163</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	34	10 266 653	8 830 789
Fornecedores, c/c		8 926 457	5 591 289
Fornecedores, títulos a pagar		372 341	751 329
Adiantamentos de clientes	54	1 178 452	878 075
Fornecedores de imobilizado, c/c		737 991	265 377
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar		97 896	36 682
Estado e outros entes públicos	56	384 428	281 791
Accionistas		122 420	—
Outros credores	55	<u>1 806 561</u>	<u>4 589 353</u>
		<u>23 893 189</u>	<u>21 224 685</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	57	1 020 847	878 828
Proveitos diferidos	50	<u>4 766 552</u>	<u>633 169</u>
		<u>5 787 399</u>	<u>1 511 997</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>		<u>40 518 611</u>	<u>27 734 460</u>

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Demonstrações consolidadas dos resultados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 1995 e 1994

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	Notas	1995	1994
Custo das matérias consumidas		4 436 566	2 933 185
Fornecimentos e serviços externos		22 429 341	11 605 133
Custos com o pessoal:			
Remunerações		4 336 959	2 821 765

(Em milhares de escudos)

	Notas	1995	1994
Encargos sociais:			
Pensões		32 291	22 286
Outros		770 986	728 374
		32 006 143	18 110 743
Amortizações	27	1 591 555	1 247 048
Provisões	46	116 957	196 631
		33 714 655	19 554 422
Impostos		274 540	219 219
Outros custos e perdas operacionais		633 307	14 333
		34 622 502	19 787 974
Custos e perdas financeiros (A)	44	2 356 161	1 897 362
		36 978 663	21 685 336
Custos e perdas extraordinários (C)	45	189 442	171 246
		37 168 105	21 856 582
Imposto sobre o rendimento do exercício (E)	58	36 435	43 750
		37 204 540	21 900 332
Interesses minoritários		69 086	—
		37 273 626	21 900 332
Resultado consolidado líquido do exercício (G)		331 100	51 953
		37 604 726	21 952 285

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	1995	1994
Vendas de mercadorias		46 470	—
Prestações de serviços		34 785 951	18 643 546
		34 832 421	18 643 546
Variação da produção		154 177	1 399 512
Trabalhos para a própria empresa		325 748	233 766
Proveitos suplementares		188 341	149 280
Outros proveitos e ganhos operacionais		778 168	695 300
		36 278 855	21 121 404
Proveitos e ganhos financeiros (B)	44	604 532	299 979
		36 883 387	21 421 383
Proveitos e ganhos extraordinários (D)	45	721 339	530 902
		37 604 726	21 952 285
Resultados operacionais: (B)–(A)		1 656 353	1 333 430
Resultados financeiros: (D)–(B)–(C)–(A)		(1 751 629)	(1 597 383)
Resultados correntes: (D)–(C)		(95 276)	(263 953)
Resultados antes de impostos e interesses minoritários: (F)–(E)		436 621	95 703
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F)–(G)		331 100	51 953

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1995

(Em milhares de escudos)

	Notas	1995
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes		45 408 294

(Em milhares de escudos)

	Notas	1995
Pagamentos a fornecedores		(32 874 174)
Pagamentos ao pessoal		(4 886 555)
Fluxos gerados pelas operações		7 647 565
Recebimento de imposto sobre o rendimento		44 071
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		11 811
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(685 787)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		7 017 660
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		86 393
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(118 440)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		<u>6 985 613</u>
Actividades de investimentos:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	63	57 522
Imobilizações corpóreas		43 622
Juros e proveitos similares		238 221
		<u>339 365</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	63	(2 174 712)
Imobilizações corpóreas		(1 958 748)
Imobilizações incorpóreas		(365 953)
		<u>(4 499 413)</u>
<i>Fluxos das actividades de investimentos (2)</i>		<u>(4 160 048)</u>
Actividades de financiamentos:		
Recebimentos respeitantes a:		
Rendas de imóveis		4 810
Empréstimos obtidos		56 014 342
Aumento de capital	61	5 000 000
		<u>61 019 152</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		(57 598 397)
Amortizações de contratos de locação financeira		(409 807)
Juros e custos similares		(2 386 155)
Dividendos		(250 256)
Reduções de capital e prestações suplementares dos ACE		(40 668)
Aquisição de acções próprias	61	(204 168)
		<u>(60 889 451)</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamentos (3)</i>		<u>129 701</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		2 955 266
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	64	463 577
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	64	3 418 843

Nota. — As informações complementares que integram o anexo a esta demonstração são as que constam das notas n.ºs 61, 63 e 64 do anexo às demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 1995

(Montantes expressos em milhares de escudos)

Nota introdutória:

A Somague — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., (empresa), foi constituída em 21 de Janeiro de 1952 com a denomi-

nação social de Sociedade de Empreitadas Moniz da Maia e Vaz Guedes, L.^{da}, tendo sido transformada em sociedade anónima e adoptado a denominação social de Sociedade de Empreitadas Somague, S. A., em 13 de Abril de 1970. Em 29 de Dezembro de 1993, a empresa transformou-se em Sociedade Gestora de Participações Sociais e adoptou a denominação actual, transferindo a sua actividade de empreitadas de obras públicas e privadas e as restantes actividades operacionais e comerciais para a Somague — Sociedade de Construções, S. A. (Somague), cujo capital detém a 100%. Na mesma data foram trans-

feridos para esta sociedade todos os activos e passivos não afectos ao objecto social da empresa. As demonstrações financeiras da empresa e das suas subsidiárias e associadas, reportadas a 31 de Dezembro de 1995 e incluídas na consolidação, foram aprovadas pelos respectivos conselhos de administração, mas ainda não pelos accionistas. O conselho de administração da empresa considera que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração não faz parte

deste anexo não são aplicáveis à empresa e empresas subsidiárias e associadas (Grupo) ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

1 — Empresas incluídas na consolidação:

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes, a respectiva proporção do capital detido e o método de consolidação utilizado são as seguintes:

	Sede	Proporção do capital detido (porcentagem)	Actividade	Data de constituição	Método usado
Somague — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (empresa-mãe)	Lisboa	—	SGPS	Janeiro de 1952	Empresa-mãe.
Somague — Sociedade de Construções, S. A. (Somague)	Lisboa	100	Construção civil e obras públicas	Setembro de 1993	Integral.
Termague — Sociedade de Construções e Empreend. da Madeira, S. A. (Termague)	Funchal	100	Construção civil e obras públicas	Dezembro de 1989	Integral.
Tecnasol — FGE, Fund. e Geotecnia, S. A. (Tecnasol/FGE)	Lisboa	50	Sondagens, consolidação de terrenos e fundações.	Janeiro de 1995	Integral (a).
CESL — Engenharia e Desenvolvimento, S. A. (CESL)	Lisboa	77,8	Consultoria ambiental	Novembro de 1976	Integral.

(a) Esta empresa foi consolidada pelo método integral, dado que a empresa-mãe detém a maioria dos votos no conselho de administração.

4 — Participações materialmente irrelevantes em empresas associadas:

As empresas excluídas do processo de consolidação, a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 1995 pela empresa-mãe e as condições para não consolidação são as seguintes:

Nome	Porcentagem efectiva de participação	Condições para não consolidação
SLT — Sociedade Lusitana de Turismo, L.ª	50,00	(a)
Somague e Somec, ACE	50,00	(a)
Tagus — Dragagens, L.ª	50,00	(a)
Sociedade de Empreitadas Somague (Angola), S. A.	90,00	(a)
Somaguinter, L.ª	50,00	(a)
CVC — Construções de Cabo Verde, S. A.	40,00	(b)

(a) Empresas excluídas da consolidação por não terem actividade, estando a correspondente participação financeira totalmente provisionada.

(b) Empresa considerada materialmente irrelevante para a apresentação das contas consolidadas.

5 — Empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

As empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial foram as seguintes:

	Sede	Proporção do capital detido (porcentagem)	Custo de aquisição	Capitais próprios da participada	Valor de balanço
Ediçor — Edificadora Açoreana, L.ª (Ediçor)	Ponta Delgada	50	827 560	832 110	416 055
Lusoponte — Concessionária para a Travessia do Tejo, S. A.	Lisboa	13,83	1 369 924	9 876 535	1 365 924

A Ediçor foi consolidada pelo método da equivalência patrimonial, dado que a empresa-mãe não detém a maioria dos votos no conselho de administração.

A aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na Ediçor, em 31 de Dezembro de 1995, teve um impacto positivo em resultados de 44 814 milhares de escudos (nota n.º 44).

7 — Número médio de pessoal:

Durante o exercício de 1995, o número médio de empregados foi o seguinte:

Empresas consolidadas pelo método integral:

Empresa-mãe	10
Somague	968

Termague	145
Tecnasol/FGE	250
CESL	15

1 388

Empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

Ediçor	<u>284</u>
--------------	------------

10 — Diferenças de consolidação:

i) Aquisições de participações financeiras realizadas até 31 de Dezembro de 1993: o saldo desta rubrica corresponde à compensação efectuada entre o custo de aquisição das partes de capital em empre-

das subsidiárias e associadas e a proporção dos respectivos capitais próprios contabilísticos em 31 de Dezembro de 1993, data

das primeiras demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, como segue:

Empresa	Custo de aquisição		Proporção dos capitais próprios detidos		Diferenças de consolidação — (Devedor)/credor
	Porcentagem	Montante	Porcentagem	Montante	
Somague	100	4 500 000	100	4 500 000	
Tecnasol	65,3	501 626	65,3	211 105	(290 521)
Termague	100	1 205 520	100	1 033 243	(172 277)
Ediçor	50	824 854	50	338 621	(486 233)
CESL	50	277 024	50	294 542	17 517
CESL Ásia	50	300 000	50	50 000	(250 000)
					(1 181 514)

As diferenças de consolidação acima determinadas foram registadas em imobilizado incorpóreo na rubrica de trespasses em 31 de Dezembro de 1993, no sentido de serem amortizadas a partir de 1994, num período de cinco anos, pelo método das quotas constantes. Durante o ano de 1994, a administração da empresa decidiu alterar esta política contabilística e reduzir o capital próprio da empresa reportado a 1 de Janeiro de 1994 pelo valor destas diferenças, transferindo-as da rubrica de trespasses para a rubrica de diferenças de consolidação.

ii) Aquisições de participações financeiras realizadas a partir de 1994:

Nas aquisições de participações financeiras e aumentos de capital a partir de 1 de Janeiro de 1994, as diferenças de consolidação apuradas foram também registadas em capitais próprios, na rubrica de diferenças de consolidação, como segue:

Empresa	Data	Custo de aquisição		Proporção dos capitais próprios detidos		Diferenças de consolidação — (Devedor)/credor
		Porcentagem	Montante	Porcentagem	Montante	
Tecnasol	1994	34,7	173 400	34,7	106 979	(66 421)
Ediçor	1994	50,0	2 706	50,0	—	(2 706)
						(69 127)
CESL	1995	27,8	162 500	77,8	—	(187 548)
Tecnasol/FGE	1995	—	—	50,0	—	(40 352)
						(227 900)
						(297 027)

As diferenças de consolidação registadas em 1995 resultaram das seguintes situações ocorridas no exercício:

O montante de 187 548 milhares de escudos relativo à CESL resulta do aumento na participação no capital da referida empresa subsidiária, verificado no exercício findo em 31 de Dezembro de 1995, a qual passou de 50% para 77,8%, bem como do processo de reestruturação e reordenação das empresas participadas pela CESL;

Em 31 de Dezembro de 1994 a empresa detinha a totalidade do capital da Tecnasol — Injecções, Sondagens e Fundações, S. A. Durante o exercício de 1995 a referida empresa foi fundida por absorção na FGE — Fundações e Geotecnia, S. A. Como resultado deste processo, a empresa passou a ter uma participação de 50% no capital da empresa resultante da fusão, denominada Tecnasol — FGE, Fundações e Geotecnia, S. A. Face às relações de troca definidas no projecto de fusão a empresa registou uma redução nos capitais próprios de 40 352 milhares de escudos.

14 — Composição do conjunto de empresas incluídas na consolidação:

Conforme referido em maior detalhe na nota n.º 43, em 31 de Dezembro de 1995 as demonstrações financeiras dos ACE passaram a ser integradas no Grupo pelo método proporcional. A CESL passou a ser consolidada pelo método integral e com a fusão entre a FGE e a Tecnasol, as demonstrações financeiras da FGE também passaram a estar incluídas na consolidação, pelo método integral.

15 — Critérios de valorimetria:

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas do Grupo foram consistentes entre si e são os descritos na nota n.º 23.

18 — Critérios de contabilização das participações em associadas:

Os critérios de contabilização utilizados para a valorização das participações financeiras em empresas associadas não incluídas na consolidação são os descritos na nota n.º 23, alínea d).

22 — Garantias prestadas:

Em 31 de Dezembro de 1995, as garantias bancárias obtidas pelas empresas do Grupo eram as seguintes:

Somague	18 288 128
Termague	1 707 593
Tecnasol	548 523
	20 544 244

Estas garantias bancárias foram prestadas para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

23 — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas do Grupo (nota n.º 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação:

A consolidação das empresas subsidiárias e associadas referidas na nota n.º 1 efectuou-se pelo método de integração global ou de equivalência patrimonial, conforme aplicável.

Nas empresas consolidadas pelo método de integração global as transacções e saldos entre as empresas do Grupo foram eliminados no processo de consolidação.

Nas empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial as participações foram registadas ao custo de aquisição, o qual foi acrescido, ou diminuído do valor correspondente à proporção dos capitais próprios detidos nessas empresas.

Principais critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por despesas de constituição e de instalação, de despesas com aumentos de capital, propriedade industrial e outros direitos e despesas de investigação e desenvolvimento. As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos, excepto as despesas de investigação e desenvolvimento que são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos.

b) *Imobilizações corpóreas*. — No caso da Somague, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao valor pelo qual foram transferidas da empresa-mãe, o qual reflecte o efeito das reavaliações dos bens efectuadas até 31 de Dezembro de 1991 de acordo com as disposições legais (nota n.º 41), bem como uma reavaliação para valores de mercado dos terrenos e edifícios, efectuada por uma entidade independente, à data de transferência dos activos. Esta reavaliação dos terrenos e edifícios foi enquadrada no processo de transferência dos activos e passivos a valores de mercado da empresa-mãe para a Somague, descrita na nota introdutória deste anexo. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

No caso da empresa-mãe e da Termague, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

No caso da Tecnasol-FGE e da CESL as imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1992 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais (nota n.º 41).

As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-10
Equipamento de transporte	4-8
Ferramentas e utensílios	3-6
Equipamento administrativo	3-20
Outras imobilizações corpóreas	6

c) *Locação financeira*. — Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (nota n.º 47).

d) *Investimentos financeiros*. — Os investimentos financeiros nas empresas excluídas da consolidação (nota n.º 4) encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas estimadas na sua realização.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os imóveis detidos pelas empresas do Grupo que estejam total ou parcialmente arrendados, são registados como investimentos financeiros, sendo reconhecidas as rendas como proveitos financeiros e as amortizações incluídas na conta de amortizações do exercício.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e a outras empresas encontram-se registados ao valor nominal.

e) *Existências*. — As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas primeiras saídas) como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

Para apuramento do resultado das obras é utilizado o método de percentagem de acabamento.

De acordo com este método, no final de cada exercício o Grupo reconhece o montante dos custos e proveitos do exercício, em função da percentagem de acabamento das obras. É ainda mantida uma provisão para depreciação de existências pelo valor de perdas estimadas em obras em curso.

f) *Provisão para dívidas de cobrança duvidosa*. — A provisão para dívidas de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes.

g) *Títulos negociáveis*. — Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

h) *Especialização de exercícios*. — A empresa e as suas subsidiárias registam as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (notas n.ºs 50, 52, 53 e 57).

i) *Trabalhos para a própria empresa*. — Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a reparações de equipamentos próprios efectuadas pelas empresas do grupo e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

j) *Resultados em agrupamentos complementares de empresas*. — Conforme referido na nota n.º 43, o Grupo integrou nas suas demonstrações financeiras os activos, passivos, proveitos e custos dos ACE, na proporção em que participa nas referidas entidades, tendo procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção. Deste modo, em 31 de Dezembro de 1995 as demonstrações financeiras anexas englobam as demonstrações financeiras dos ACE em que o Grupo participa, como segue:

	Percentagem de participação
BPC, CBPO, Agroman, Somague, Profabril, Kaiser e Acer, ACE (ACE do Metro)	33
Edifer, A. Silva & Silva, Bento Pedroso Construções, Somague e Cubiertas, ACE (ACE da Gare do Oriente)	20
Novaponte — Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE (ACE da Nova Ponte)	13,33

O Grupo não integrou nas suas demonstrações financeiras a proporção dos activos, passivos, proveitos e custos relativos à Somague, M. S. F., Dumez, Agroman, ACE, uma vez que este ACE foi constituído para a execução da Barragem de Foz Coa que se prevê não venha a ser efectuada.

Deste modo, o Grupo apenas reconheceu a sua proporção nos resultados deste ACE.

24 — Activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para escudos, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de cada ano.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

27 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1995, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Saldo em 31 de Dezembro de 1994 dos ACE	Saldo em 31 de Dezembro de 1994 da FGE	Aumentos	Alienações	Trans-ferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	124 222	—	2 822	303 537	—	—	430 581
Despesas de investigação e desenvolvimento	6 413	—	—	53 655	—	—	60 068
Propriedade industrial e outros direitos	20 613	—	—	9 260	—	—	29 873
	<u>151 248</u>	<u>—</u>	<u>2 822</u>	<u>366 452</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>520 522</u>
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	1 045 063	—	—	14 411	(6 376)	—	1 053 098
Edifícios e outras construções	1 582 525	9 361	—	156 262	(24 351)	4 367	1 728 164
Equipamento básico	9 354 333	651 641	579 717	1 085 130	(382 549)	78 957	11 367 229
Equipamento de transporte	3 306 971	24 181	22 344	529 016	(181 542)	55 503	3 756 473
Ferramentas e utensílios	252 849	6 114	15 300	93 610	(493)	7 780	375 160
Equipamento administrativo	546 048	32 895	14 890	211 729	(4 596)	45 929	846 895
Outras imobilizações corpóreas	4 097	3 948	—	9 633	—	(7 839)	9 839
Imobilizações em curso	336 553	726	—	361 985	—	(222 658)	476 606
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	—	996	—	206 297	—	(996)	206 297
	<u>16 428 439</u>	<u>729 862</u>	<u>632 251</u>	<u>2 668 073</u>	<u>(599 907)</u>	<u>(38 957)</u>	<u>19 819 761</u>
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas associadas	788 324	—	—	68 299	(34 436)	(274 056)	548 131
Investimentos em imóveis	—	—	—	338 458	—	—	338 458
Partes de capital em empresas participadas	—	—	—	1 364 631	—	1 293	1 365 924
Títulos e outras aplicações financeiras	63 274	—	—	22 357	(52 500)	(1 293)	31 838
Empréstimos a empresas associadas	26 200	—	—	16 880	—	—	43 080
Empréstimos a outras empresas	—	—	—	820 213	—	—	820 213
	<u>877 798</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>2 630 838</u>	<u>(86 936)</u>	<u>(274 056)</u>	<u>3 147 644</u>

Amortizações e provisões:

	Saldo inicial	Saldo em 31 de Dezembro de 1994 dos ACE	Saldo em 31 de Dezembro de 1994 da FGE	Aumentos	Alienações	Trans-ferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	67 557	—	1 881	63 986	—	8 357	141 781
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 283	—	—	8 648	—	—	9 931
Propriedade industrial e outros direitos	11 995	—	—	4 862	—	7 536	24 393
	<u>80 835</u>	<u>—</u>	<u>1 881</u>	<u>77 496</u>	<u>—</u>	<u>15 893</u>	<u>176 105</u>
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	691 070	2 102	—	57 907	(9 500)	11 336	752 915
Equipamento básico	7 106 170	52 586	259 157	941 574	(359 989)	67 884	8 067 382
Equipamento de transporte	2 392 388	2 876	7 609	319 751	(159 622)	17 618	2 580 620
Ferramentas e utensílios	204 589	1 382	9 801	35 770	(451)	49 276	300 367
Equipamento administrativo	382 245	4 383	7 917	101 919	(651)	45 341	541 154
Outras imobilizações corpóreas	2 079	483	—	1 405	—	(1 585)	2 382
	<u>10 778 541</u>	<u>63 812</u>	<u>284 484</u>	<u>1 458 326</u>	<u>(530 213)</u>	<u>189 870</u>	<u>12 244 820</u>

	Saldo inicial	Saldo em 31 de Dezembro de 1994 dos ACE	Saldo em 31 de Dezembro de 1994 da FGE	Aumentos	Alienações	Transfêrências e abates	Saldo final
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas associadas	35 719	—	—	—	—	(17 598)	18 121
Investimentos em imóveis	—	—	—	55 733	—	(8 632)	47 101
Títulos e outras aplicações financeiras	281	—	—	—	—	—	281
	36 000	—	—	55 733	—	(26 230)	65 503

Decorrente da alteração de contabilização de activos, passivos, proveitos e custos de ACE em que o Grupo participa, tal como referido na nota n.º 23, alínea j), a coluna de saldo em 31 de Dezembro de 1994 dos ACE corresponde à proporção do Grupo nos valores das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas em 31 de Dezembro de 1994.

Relativamente à coluna de saldo em 31 de Dezembro de 1994 da FGE a explicação encontra-se na nota n.º 43.

O aumento da rubrica de partes de capital em empresas associadas corresponde, essencialmente, à parcela do aumento de capital da CVC — Construções de Cabo Verde, S. A., subscrita pelo Grupo, no montante de 57 305 milhares de escudos, da qual falta realizar um montante de 40 770 milhares de escudos.

O aumento na rubrica de partes de capital em empresas participadas corresponde à aquisição de 690 207 acções representativas de 13,83% do capital da Lusoponte — Concessionária para a Travessia do Tejo, S. A.

O aumento na rubrica de empréstimos a outras empresas é explicado, na sua maioria, pelo empréstimo de 817 809 milhares de escudos, concedido em 1995 à Somague, M. S. F., Dumez, Agroman, ACE.

30 — Valores de mercado do activo circulante:

Em 31 de Dezembro de 1995, não existiam diferenças significativas, que não estivessem cobertas pelas provisões constituídas pelo Grupo, entre os valores das rubricas do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pelo Grupo e o respectivo valor de mercado.

34 — Dívidas a instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 1995, o Grupo tinha assumido responsabilidades em empréstimos bancários, como segue:

	Curto prazo	Médio e longo prazos
Livranças	400 000	—
Descobertos bancários	1 987 135	—
Contas correntes caucionadas	7 665 480	—
Financiamentos externos	214 038	479 793
	10 266 653	479 793

Os descobertos bancários, as livranças e as contas correntes caucionadas e os financiamentos externos vencem juros às taxas normais de mercado.

O montante relativo a financiamentos externos tem a seguinte composição:

Empréstimo concedido à Somague	435 276
Empréstimo concedido à CESL	44 517
	479 793

O montante de 435 276 milhares de escudos refere-se ao contravalor em escudos de um financiamento concedido pelo Banco Espírito Santo por um prazo de 12 anos, a contar da data da primeira utilização, que foi efectuada em 27 de Novembro de 1995, até ao limite de 12 000 000 dólares americanos. Os juros são calculados semestral e postecipadamente, utilizando-se a taxa Libor a 180 dias, acrescida de

um ponto percentual. A taxa de juro em vigor em 31 de Dezembro de 1995 era de 6,56%. O reembolso do capital será efectuado em 20 prestações semestrais, iguais e sucessivas, sendo a primeira prestação de reembolso de capital devida após 24 meses da data da primeira utilização.

41 — Reavaliação de imobilizações corpóreas (legislação):

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação de imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

43 — Contas não comparáveis com o exercício anterior:

Em 31 de Dezembro de 1994, os resultados em Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) foram reconhecidos nas demonstrações financeiras na proporção em que o Grupo participava nesse resultado.

Em 31 de Dezembro de 1995, o Grupo integrou nas suas demonstrações financeiras os balanços e as demonstrações dos resultados dos ACE na proporção em que participa naqueles ACE.

Adicionalmente, em 1 de Janeiro de 1995 a Tecnasol — Injecções, Sondagens e Fundações, S. A. (Tecnasol), foi incorporada por fusão na FGE — Fundações e Geotecnia, S. A. (FGE), pelo que, os activos, passivos e capitais próprios da empresa incorporada foram integrados nas demonstrações financeiras da empresa incorporante, pelos valores constantes das respectivas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1994.

Após esta operação a empresa deixou de ter uma participação de 100% no capital da Tecnasol e passou a ter uma participação de 50% no capital da empresa resultante da fusão, denominada Tecnasol/FGE — Fundações e Geotecnia, S. A. Deste modo, nas notas n.ºs 27 e 46 a coluna de saldo em 31 de Dezembro de 1994 da FGE corresponde aos valores constantes das demonstrações financeiras da referida empresa em 31 de Dezembro de 1994.

Com a aquisição durante o exercício de 1995 de mais 27,8% do capital da CESL a empresa em 31 de Dezembro de 1995 passou a consolidar esta empresa do Grupo pelo método integral, quando em 31 de Dezembro de 1994 tinha utilizado o método da equivalência patrimonial.

Consequentemente, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1995 não são totalmente comparáveis com as do ano anterior.

44 — Demonstrações dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	1995	1994
Custos e perdas:		
Perdas em empresas do Grupo	13 372	—
Juros suportados	1 755 839	1 701 428

	1995	1994
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6 704	11 740
Outros custos e perdas financeiros (a)	580 246	184 194
	2 356 161	1 897 362
Resultados financeiros	(1 751 629)	(1 597 383)
	604 532	299 979
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em empresas associadas (nota n.º 5)	44 814	59 606
Juros obtidos	77 182	39 861
Rendimentos de imóveis	22 883	4 897
Diferenças de câmbio favoráveis	8 513	28 596
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 519	2 656
Rendimentos de títulos negociáveis	—	176
Outros proveitos e ganhos financeiros (b)	449 621	164 187
	604 532	299 979

(a) Esta rubrica compreende essencialmente custos com garantias bancárias, encargos com contratos de locação financeira e serviços bancários.

(b) Esta rubrica compreende essencialmente os juros de mora debitados a clientes por atraso no pagamento das facturas.

45 — Demonstração dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	1995	1994
Custos e perdas:		
Donativos	22 338	15 562
Perdas em imobilizações	66 239	40 613
Multas e penalidades	1 001	950
Correcções relativas a exerc. anteriores ...	25 241	94 593
Outros custos e perdas extraordinários	74 623	19 528
	189 442	171 246
Resultados extraordinários	531 897	359 656
	721 339	530 902
Proveitos e ganhos:		
Restituição de impostos	51 636	—
Benefícios e penalidades contratuais	37 456	—
Ganhos em existências	1 091	88 919
Ganhos em imobilizações	34 089	27 277
Reduções de provisões (nota n.º 46)	542 465	363 070
Correcções relativas a exerc. anteriores ...	4 120	29 443
Outros proveitos e ganhos extraordinários	50 482	22 193
	721 339	530 902

46 — Movimento ocorrido nas provisões:

Durante o exercício de 1995 ocorreram os seguintes movimentos nas contas de provisões:

	Saldo inicial	Saldo em 31 de Dezembro de 1994 dos ACE	Saldo em 31 de Dezembro de 1994 da FGE	Saldo em 31 de Dezembro de 1994 da CESL	Aumento	Redução (nota n.º 45)	Saldo final
Provisão para clientes de cobrança duvidosa	764 799	—	2 257	1 087	34 148	(144 313)	657 978
Provisão para prejuízos estimados em obras	168 420	—	—	—	26 440	(168 421)	26 439
Provisão para investimentos financeiros	36 000	—	—	47 101	—	(17 598)	65 503
Provisão para processos judiciais em curso	198 134	—	—	—	—	(157 433)	40 701
Provisão para complementos de reforma	98 902	—	—	—	—	(34 700)	64 202
Provisão para custos de pensões de pré-reforma	20 000	—	—	—	—	(20 000)	—
Provisão para outros riscos e encargos	—	1 998	7 000	10 791	56 369	—	76 158
	317 036	1 998	7 000	10 791	56 369	(212 133)	181 061
	1 286 255	1 998	9 257	58 979	116 957	(542 465)	930 981

A provisão para processos judiciais visa cobrir perdas estimadas pelos advogados das empresas do Grupo, decorrentes de litígios com terceiros, em curso em 31 de Dezembro de 1995.

A provisão para complementos de reforma refere-se ao valor estimado por compromissos assumidos pela empresa-mãe e pela Somague em relação a quatro ex-administradores.

47 — Locação financeira:

Conforme indicado na nota n.º 23, alínea c), o Grupo regista pelo método financeiro os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 1995, o Grupo tem registado em imobilizado corpóreo um montante de 1 160 795 milhares de escudos relativo ao valor de aquisição destes bens e na rubrica de fornecedores de imobilizado, conta corrente, um montante de 845 171 milhares de escudos, relativo à conta a pagar à locadora, dos quais 425 030 milhares de escudos estão classificados a médio e longo prazos por se vencerem a mais de um ano.

Em 31 de Dezembro de 1995, as empresas do Grupo mantinham responsabilidades, como locatárias, relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de 845 171 milhares de escudos, as quais se vencem nos próximos exercícios, como segue:

1996	420 141
1997	213 272
1998	152 099
1999	59 659
	845 171

48 — Investimentos financeiros:

Em 31 de Dezembro de 1995, os investimentos financeiros têm a seguinte composição:

Nome	Capital	Porcentagem	Valor de compra	Valor de balanço em 31 de Dezembro de 1995
a) Empresas associadas:				
Ediçor — Edificadora Açoreana, L. ^{da}	500 000	50	827 560	416 055
Somaguinter, L. ^{da}	4 382	50	2 191	2 191
STL — Sociedade Lusitana de Turismo, L. ^{da}	7 200	50	3 600	3 600
Somague e Somec, ACE	1 000	50	500	500
CVC — Construções de Cabo Verde, S. A.	257 400	40	102 960	102 960
Tagus — Dragagens, L. ^{da}	20 000	50	10 000	10 000
Sociedade de Empreitadas Somague (Angola), S. A.	2 000	90	1 830	1 830
Laboratório Regional de Trás-os-Montes	—	50	—	10 995
				548 131
b) Investimentos em imóveis:				
Imóvel na Rua Castilho, 67 (CESL)	—	—	—	338 458
c) Partes de capital em empresas participadas:				
Lusoponte — Concessionária para a Travessia do Tejo, S. A.	—	—	—	1 365 924
d) Títulos e outras aplicações financeiras				
	—	—	—	31 838
e) Empréstimos a empresas associadas:				
CESL, S. A.	—	—	—	24 000
Incofina, S. A.	—	—	—	8 880
CVC — Construções de Cabo Verde, S. A.	—	—	—	2 200
Ambigal — Engenharia de Infra-Estruturas Ambientais, S. A.	—	—	—	5 000
Ceserviços — Consultadoria e Gestão, S. A.	—	—	—	3 000
				43 080
f) Empréstimos a outras empresas:				
Somague, MSF, Dumez e Agroman — ACE	—	—	—	817 809
Outros	—	—	—	2 404
				820 213

O investimento financeiro na LUSOPONTE — Concessionária para a Travessia do Tejo, S. A. (LUSOPONTE), encontra-se registado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 1995, as acções que o Grupo detém na Lusoponte encontram-se penhoradas aos bancos financiadores e ao Banco Europeu de Investimento, como garantia dos financiamentos concedidos a essa empresa.

49 — Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:

Em 31 de Dezembro de 1995, esta rubrica tem a seguinte composição:

Areia do Porto de Aveiro (a)	579 396
Materiais a utilizar em obras em curso	883 598
	1 462 994

(a) Em conformidade com um contrato celebrado com um cliente, uma das empresas do Grupo tornou-se proprietária da areia extraída na dragagem do Porto de Aveiro. Esta areia tem vindo a ser comercializada e, consequentemente, o conselho de administração considera que o activo é realizável sem qualquer perda.

50 — Obras em curso:

As obras em curso em 31 de Dezembro de 1995 têm a seguinte composição:

	Produtos e trabalhos em curso	Proveitos diferidos
Somague:		
Reforço de potência do escalão de Miranda	554 619	—
Viaduto A9 CREL — Loures	268 268	—
Núcleo de Pesca da Praia da Vitória	201 495	—
Ampliação do Porto Grande do Mindelo — Cabo Verde	166 194	—

	Produtos e trabalhos em curso	Proveitos diferidos
IP2 — Soalheira/Castelo Branco	153 314	—
IP3 — Lanço Régua/Reconcos	140 850	—
Barragem de Odeleite	120 909	—
Estrada Monção/São Gregório	81 890	—
Emissário Submarino da Pranchinha	2 664	—
Reconstrução do Cais da Rocha do Conde de Óbidos	2 180	—
Porto Maio e Boavista — Cabo Verde	—	416 431
Rede de saneamento de Ponta Delgada — Açores	—	34 459
Rede São Silvestre/São Martinho	—	14 997
Estrada Municipal Casinha Velha/Monte Gordo	—	12 163
Barragem Além Fazenda — Açores	—	4 997
Abastecimento de Água na Ilha Terceira — Açores	—	4 804
Obra do ACE da Nova Ponte	—	3 235 769
Obra do ACE do Metro	—	789 146
<i>Subtotal</i>	<u>1 692 383</u>	<u>4 512 766</u>
Termague:		
Saída Oeste	727 536	—
Terminal Marítimo do Caniçal	520 208	—
Via Rápida Câmara de Lobos/Ribeira Brava — Pontes	460 650	—
Estaleiro Naval e Porto Pesca do Caniçal	266 090	—
Via Rápida Câmara de Lobos/Ribeira Brava — Túneis	107 150	—
Cais Molhe Porto Novo	91 210	—
Grande Reparação da Pontinha	86 093	—
Costa 200 — Artes Correntes	84 722	—
Via Rápida Funchal/Aeroporto	67 050	—
Emissário Terrestre	46 046	—
PIZO	45 710	—
Adutora de Machico	39 290	—
Empresa de Cervejas da Madeira	19 690	—
Ampliação Porto de Pesca do Porto Novo	14 650	—
Diversas	11 251	163 951
<i>Subtotal</i>	<u>2 587 346</u>	<u>163 951</u>
Tecnasol — FGE:		
Expo 98 — Avenida de Pádua	64 756	—
Metropolitano Lisboa — Estação de Olaias	22 018	—
Ancoragens do Poço da Marinha	20 126	—
Metro da Baixa — 2.ª Fase	19 548	—
Estação Baixa do Chiado	10 236	—
Barragem Odeleite — Túnel de descarga	8 981	—
CREL — Pregagens Brisa	8 204	—
Outras	1 816	—
<i>Subtotal</i>	<u>155 685</u>	<u>—</u>
CESL, S. A.:		
Diversas	56 153	89 835
	<u>4 491 569</u>	<u>4 766 552</u>

Em 31 de Dezembro de 1995, a provisão para prejuízos estimados em obras em curso (nota n.º 46) refere-se às seguintes obras em curso:

Estrada Monção/São Gregório	7 602
Viaduto A9 CREL — Loures	13 268
Reforço de Potência de Miranda	5 569
	<u>26 439</u>

51 — Outros devedores:

Em 31 de Dezembro de 1995, esta rubrica tem a seguinte composição:

Trabalhos a efectuar relativos à obra do ACE do Metro	2 169 701
ACE do Metro	701 315

Juros de mora debitados ao Governo Regional da Ma-

deira	394 760
ACE da Nova Ponte	281 047
Teixeira Duarte, S. A.	179 476
Ediçor — Edificadora Açoreana, Lda.	173 649
Edifer — Construções Pires Coelho & Fernandes, S. A.	160 549
Construtora do Tâmega, S. A.	112 228
Eternar — Emp. de Obras Terrestres e Marítimas, S. A.	92 840
Outros	2 763 315

7 028 880

Os valores a receber do ACE do Metro e do ACE da Nova Ponte corresponde à parcela do saldo que a empresa tem a receber que não foi eliminada, na incorporação das respectivas demonstrações financeiras de acordo com o descrito na nota n.º 23 alínea f).

52 — Acréscimos de proveitos:

Em 31 de Dezembro de 1995, esta rubrica tem a seguinte composição:

Trabalhos executados e não facturados:

Obras da Somague	165 039
Obra do ACE da Gare do Oriente	157 490
Obra do ACE da Nova Ponte	359 786
	<u>682 315</u>
Outros	167 402
	<u>849 717</u>

53 — Custos diferidos:

Em 31 de Dezembro de 1995, esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos com o <i>leaseback</i> do edificio da sede	135 000
Seguros	88 963
Custos com propostas para concursos de adjudicação de obras	77 558
Outros	228 005
	<u>529 526</u>

Os custos com o *leaseback* do edificio da sede correspondem às despesas incorridas com a SISA paga na operação, no montante de 150 000 milhares de escudos, as quais estão a ser amortizadas durante o período de vigência do contrato (nota n.º 55).

Os custos incorridos com propostas relativas a projectos e obras de grande dimensão a que o Grupo está a concorrer e cujo desfecho não é conhecido à data do balanço são registados em custos diferidos. Quando o resultado do concurso é conhecido os referidos montantes são registados como custos da obra, no caso de ser favorável ou, como custos na demonstração de resultados, quando é desfavorável.

54 — Adiantamentos de clientes:

Em 31 de Dezembro de 1995, esta rubrica tem a seguinte composição:

Adiantamentos ao ACE do Metro	398 445
Adiantamentos ao ACE da Gare do Oriente	249 800
Mota & Comp., S. A. — obra da Barragem de Odeleite	147 172
Ministério de Infra-estruturas e Transportes da República de Cabo Verde — obra de ampliação do Porto do Mindelo	126 955
Governo Regional da Madeira	94 409
Outros	161 671
	<u>1 178 452</u>

55 — Outros credores:

Em 31 de Dezembro de 1995, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Curto prazo	A médio e a longo prazos	Total
Contratos de <i>factoring</i> (a)	1 000 000	—	1 000 000
Contratos de empréstimo relativos à dívida do Governo Regional dos Açores (b)	254 083	—	254 083
Contrato de <i>leaseback</i> (c)	58 081	841 537	899 618
Outros dos ACE	200 107	—	200 107
Outros	294 290	—	294 290
	<u>1 806 561</u>	<u>841 537</u>	<u>2 648 098</u>

a) Os contratos de *factoring* efectuados são como segue:

	Adiantamento concedido	Taxa de juro anual (percent.)	Data de reembolso
BPA Factor — Sociedade de Factoring, S. A.	1 000 000	11,75	28-3-1996

A tomada de créditos relativa a este contrato é efectuada com direito de regresso por parte da empresa de *factoring*.

b) A Somague efectuou contratos de empréstimo por descoberto de conta, junto do Banco Comercial dos Açores e da Caixa Económica da Misericórdia, referentes a parte da dívida que o Governo Regional dos Açores tem para com a referida empresa do Grupo, a qual está registada em clientes. Os referidos empréstimos vencem juros a uma taxa anual de 13,5%.

c) Em 29 de Dezembro de 1994, a Somague celebrou um contrato de venda com *leaseback* com a Tottaimo — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., relativamente ao edificio da sede, pelo montante de 1 650 000 milhares de escudos.

Este montante vence juros à taxa anual de 13% e deverá ser reembolsado em 40 prestações trimestrais, que se vencem no início de cada trimestre.

A primeira, que se venceu na data de assinatura do contrato, ascendeu a 700 000 milhares de escudos e as restantes 39 prestações ascenderam a 42 706 milhares de escudos, cada.

A Somague não registou qualquer mais-valia resultante desta operação, tendo mantido o valor do edificio da sede registado em imobilizado corpóreo.

O saldo em 31 de Dezembro de 1995, no montante de 899 618 milhares de escudos corresponde ao valor das prestações em dívida a essa data.

56 — Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 1995, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Saldos devedores	Saldos credores
Segurança social	—	111 010
Imposto sobre o valor acrescentado	198 682	62 017
Retenção na fonte do imposto sobre o rendimento	—	50 362
Imposto sobre lucros	17 339	—
Outros	22 475	161 039
	<u>238 496</u>	<u>384 428</u>

57 — Acréscimos de custos:

Em 31 de Dezembro de 1995, esta rubrica tem a seguinte composição:

Férias, subsídio de férias e encargos	450 769
Acréscimos de custos do ACE da Nova Ponte	319 168

Consumos de materiais e fornecimentos e serviços externos	129 680
Juros a pagar	103 140
Outros acréscimos de custos	18 090
	<u>1 020 847</u>

58 — Impostos sobre lucros:

A empresa-mãe e as empresas subsidiárias incluídas na consolidação são tributadas individualmente em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, a uma taxa de 36%, que para algumas das empresas pode ser acrescida de 10% de derrama.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos os montantes não aceites fiscalmente no ano em que são registados.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos (10 anos para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais da empresa e suas subsidiárias dos anos de 1991 a 1995 poderão ainda vir ser sujeitas a revisão.

A administração da empresa-mãe entende que eventuais correcções resultantes de tais revisões não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 1995.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 1995 os prejuízos fiscais reportáveis das empresas do Grupo eram, aproximadamente, os seguintes:

Empresa-mãe — 805 000 milhares de escudos;
Somague — 2 700 000 milhares de escudos;
Tecnasol — FGE — 270 000 milhares de escudos.

59 — Composição do capital:

Em 31 de Dezembro de 1995, o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado, era constituído por 11 000 000 de acções ao portador, com o valor nominal de 1000\$ cada uma.

60 — Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 1995, não é conhecida qualquer entidade que individualmente detenha mais de 20% do capital subscrito.

61 — Movimento nas contas de capital próprio:

O movimento ocorrido nas contas de capital próprio durante o exercício de 1995 foi o seguinte:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital	6 000 000	5 000 000	—	11 000 000
Premio de emissão	660 000	—	—	660 000
Diferenças de consolidação (nota n.º 10)	(1 250 641)	—	(227 900)	(1 478 541)
Reserva de reavaliação	509 488	—	—	509 488
Reserva legal	128 115	2 598	—	130 713
Reservas livres	94 780	49 355	—	144 135
Resultados transitados	(2 940 116)	—	—	(2 940 116)
Resultado líquido do exercício	51 953	331 100	(51 953)	331 100
	<u>3 253 579</u>	<u>5 383 053</u>	<u>(279 853)</u>	<u>8 356 779</u>

Capital: em 21 de Julho de 1995, realizou-se o aumento de capital da empresa-mãe, no montante de 5 000 000 milhares de escudos, totalmente subscrito e realizado em dinheiro. Este aumento de capital na empresa-mãe foi utilizado, essencialmente, para o saneamento financeiro da Somague através de um aumento de capital de 1 500 000 milhares de escudos e cobertura de prejuízos acumulados desta empresa subsidiária.

Reserva de reavaliação: esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo, transferido para a Somague conforme referido na nota introdutória, efectuada nos termos da legislação aplicável (nota n.º 41). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a empresa é obrigada a transferir para a reserva legal, no mínimo, 5% do resultado líquido anual até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as reservas.

Resultados transitados: o saldo desta rubrica resultou das seguintes situações:

Anulação dos custos de reestruturação (a)	2 916 770
Acertos nas contas da CESL em 31 de Dezembro de 1993 (b)	5 059
Acertos nas contas da CESL Ásia em 31 de Dezembro de 1993 (b)	18 287
	<u>2 940 116</u>

(a) Durante o exercício de 1993, o conselho de administração da Somague decidiu, no âmbito de um processo de reestruturação iniciado naquele exercício, diferir custos de reestruturação no montante de 2 916 770 milhares de escudos, tendo sido estabelecido que estes custos seriam amortizados num período máximo de cinco anos. No decurso de 1994, dadas as alterações substanciais verificadas no funcionamento da Somague, a evolução favorável nas expectativas de negócio para os

próximos anos e o aprofundamento e extensão do processo de reestruturação, o conselho de administração da Somague decidiu, após reanalisar os fundamentos que serviram de base ao diferimento dos custos de reestruturação em 1993 e tendo por base uma abordagem mais conservadora, decidiu efectuar a anulação destes custos diferidos, reportada a 1 de Janeiro de 1994, através da conta de resultados transitados.

(b) Estes montantes resultam do facto de a consolidação, em 31 de Dezembro de 1993, ter sido efectuada com base em demonstrações financeiras previsionais destas empresas associadas.

62 — Interesses minoritários:

Em 31 de Dezembro de 1995 esta rubrica tinha a seguinte composição:

CESL	223 327
Tecnasol — FGE	330 496
	<u>553 823</u>

63 — Aquisição/alienação de partes de capital:

Relativamente à aquisição e alienação de partes de capital ocorridas em 1995 é de referir o seguinte:

Aquisições:

Aquisição de 690 207 acções da Lusoponte — Concession. para a Trav. do Tejo, S. A. (13,83%)	1 364 631
Empréstimo concedido à Somague, MSF, Dumez, Agroman, ACE	773 941
Títulos e outras aplicações financeiras	24 761
Aquisição de 7500 acções da Incofina — Sociedade de Investimentos, S. A. (0,5%)	8 879
Aq. de 2250 acções da CESL Ásia, S. A. R. L. (25%)	2 500
	<u>2 174 712</u>

Alienação:

Venda de particip. na CESL Ásia, S. A. R. L. (75%)	34 436
Venda de 52 500 acções da SFIR — Sociedade de Financ. e Investimento de Risco, S. A. (3,4%)	23 086
	<u>57 522</u>

64 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 1995 e 1994, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, são como segue:

	1995	1994
Numerário	63 894	53 319
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>1 588 741</u>	<u>293 958</u>
	1 652 635	347 277
Títulos negociáveis	<u>1 766 208</u>	—
	<u>3 418 843</u>	<u>347 277</u>
Saldo de caixa e seus equivalentes de empresas não consolidadas pelo método integral em 1994:		
CESL		113 448
FGE		<u>2 852</u>
		<u>116 300</u>
		<u>463 577</u>

65 — Actividades financeiras não monetárias:

Os montantes de créditos bancários concedidos e não sacados, que podem ser utilizados para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, ascendem a 7 763 972 milhares de escudos.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Somague — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. e subsidiárias (Empresa), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1995, as demonstrações consolidadas de resultados e de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e o correspondente anexo, documentos que evidenciam, relativamente àquela data, um total de balanço de 40 518 611 milhares de escudos e capitais próprios no montante de 8 356 779 milhares de escudos, incluindo um resultado líquido de 331 100 milhares de escudos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada da empresa, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, sobre aquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administra-

ção, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o nosso exame proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — As demonstrações financeiras consolidadas da empresa em 31 de Dezembro de 1994, apresentadas unicamente para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas encontra-se expressa na nossa certificação legal das contas, datada de 15 de Março de 1995, a qual continha uma reserva idêntica à descrita no ponto 5 seguinte.

5 — *Reservas.* — Em 31 de Dezembro de 1995, encontravam-se pendentes de aprovação pelos clientes valores correspondentes a indemnizações por trabalhos executados não previstos nos correspondentes contratos de empreitada e por condicionalismos na sua execução imputáveis aos próprios clientes, cujas reclamações foram preparadas e enviadas durante o exercício de 1995 no montante de, aproximadamente, 2 700 000 milhares de escudos. No apuramento dos resultados das obras em curso a que a referidas indemnizações se referem, as empresas do participadas apenas consideraram um montante de 1 535 000 milhares de escudos, correspondente ao valor que à data deste relatório os respectivos conselhos de administração estimam vir a recuperar. Dado que os montantes reclamados não foram ainda aprovados pelos clientes, estando dependentes de negociações que se encontram em curso, não podemos concluir quanto à sua razoabilidade e realização. Caso a empresa não tivesse considerado o valor das referidas indemnizações, os produtos e trabalhos em curso e os resultados transitados em 31 de Dezembro de 1995 viriam diminuídos em, aproximadamente, 1 535 000 milhares de escudos e 1 270 000 milhares de escudos, respectivamente e o resultado consolidado do exercício findo naquela data viria reduzido em, aproximadamente, 265 000 milhares de escudos.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto pelo efeito do assunto descrito no ponto 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Somague — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. e subsidiárias em 31 de Dezembro de 1995, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 18 de Março de 1996. — Freire, Loureiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Carlos Pereira Freire*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Examinámos o balanço consolidado da Somague — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 1995, as demonstrações de resultados e de fluxos de caixa e o respectivo anexo e ainda o relatório de gestão, elaborado pelo conselho de administração, para o exercício findo naquela data. O nosso exame foi efectuado de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo suportado do ponto de vista técnico pela certificação legal das contas, elaborada pelo revisor oficial de contas, com a qual concordamos. O conselho de administração prestou-nos todos os esclarecimentos e provas que solicitámos. Os critérios valorimétricos encontram-se descritos no anexo às demonstrações financeiras, não tendo sido objecto de alteração no exercício, e merecem o nosso acordo. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, bem como o relatório de gestão, elaborado pelo conselho de administração, na medida em que esclarece os elementos financeiros, satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis, pelo que somos de parecer que a assembleia geral poderá aprovar estes documentos de prestação de contas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração o nosso apreço pela colaboração que nos prestou.

Lisboa, 18 de Março de 1996. — O Conselho Fiscal: *Mário Emmanuel Pratas Pais de Sousa*, presidente — *Miguel Maria de Castelo Branco Ramos de Magalhães*, vogal — *Vasco António Leite Conceição*, vogal.

Relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 341.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria das contas e situação financeira consolidada, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas da Somague — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (empresa), os quais compreendem o relatório de gestão consolidado do exercício de 1995, o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1995, as demonstrações consolidadas de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e o correspondente anexo, documentos que evidenciam naquela data um total de balanço de 40 518 611 milhares de escudos e capitais próprios no montante de 8 356 779 milhares de escudos, incluindo um resultado líquido de 331 100 milhares de escudos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada da Somague — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria, sobre a informação financeira contida naqueles documentos de prestação de contas.

3 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. A nossa opinião abrange ainda o relatório consolidado de gestão do exercício de 1995, tendo a nossa auditoria incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — As demonstrações financeiras consolidadas da empresa em 31 de Dezembro de 1994, apresentadas unicamente para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas encontra-se expressa na nossa certificação legal das contas, datada de 15 de Março de 1995, a qual continha uma reserva idêntica à descrita no ponto 5 seguinte.

5 — *Reserva.* — Em 31 de Dezembro de 1995, encontravam-se pendentes de aprovação pelos clientes valores correspondentes a indemnizações por trabalhos executados não previstos nos correspondentes contratos de empreitada e por condicionalismos na sua execução imputáveis aos próprios clientes, cujas reclamações foram preparadas e enviadas durante o exercício de 1995 no montante de, aproximadamente, 2 700 000 milhares de escudos.

No apuramento dos resultados das obras em curso a que a referidas indemnizações se referem, as empresas participadas apenas consideraram um montante de 1 535 000 milhares de escudos, correspondente ao valor que à data deste relatório os respectivos conselhos de administração estimam vir a recuperar.

Dado que os montantes reclamados não foram ainda aprovados pelos clientes, estando dependentes de negociações que se encontram em curso, não podemos concluir quanto à sua razoabilidade e realização.

Caso a empresa não tivesse considerado o valor das referidas indemnizações, os produtos e trabalhos em curso e os resultados transitados em 31 de Dezembro de 1995 viriam diminuídos em, aproximadamente, 1 535 000 milhares de escudos e 1 270 000 milhares de escudos, respectivamente e o resultado consolidado do exercício findo naquela data viria reduzido em, aproximadamente, 265 000 milhares de escudos.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto referido no ponto 5 acima, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas mencionados no ponto 1, acima:

i) Apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Somague — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 1995, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;

ii) Satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Lisboa, 18 de Março de 1996. — O Auditor Externo: Freire, Loureiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Carlos Pereira Freire, revisor oficial de contas.

3000210908